



INCLUSÃO SOCIAL: COMPREENDENDO A TRANSEXUALIDADE NA INFÂNCIA ATRAVÉS DA PSICOLOGIA E DA PSICANÁLISE

Autora: Ana Patrícia de Oliveira Martins; Orientadora: Ladjane de Fátima Ramos Caporal.

Faculdade de Ciências Humanas de Olinda. E-mail: facho@facho.br

Esta pesquisa está em andamento através do Núcleo de Estudos e Pesquisas Professor Paulo Rosas (NEPE), da Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO), através do incentivo à iniciação científica oferecido por esta instituição. Ao longo do estudo teremos como pergunta de pesquisa: qual o estado da arte, no campo da Psicologia e da Psicanálise, de produção científica nos últimos 04 anos sobre a transexualidade e infância? Baseando-se no problema, essa pesquisa buscará através do embasamento teórico da Psicologia e da Psicanálise, refletir sobre o tema, que se torna mais evidente na atualidade, entendendo que a subjetividade do sujeito não está presa ao corpo biológico e o direciona para caminhos que a sociedade tenta entender. Essa pesquisa surgiu a partir das inquietações das pesquisadoras que vêm observando o discurso social em relação às crianças com desacordo da identidade de gênero. Sendo necessário rever questões éticas, teóricas e práticas clínicas nos campos de estudo. Garantir a promoção em saúde dessas crianças é o primeiro passo para acolhê-las. A sociedade tenta problematizar ou normatizar os conflitos enfrentados por essas crianças, no entanto, parece ser algo a definir-se, devendo ser vivenciado com sutileza por todos os envolvidos, principalmente a família. Nosso objetivo geral é analisar a compreensão da Psicologia e da Psicanálise sobre os conflitos na infância de um desacordo da identidade sexual e tem-se como objetivos específicos: (1) estudar, a partir da Psicanálise, a construção da identidade sexual da criança “dita” transexual; (2) compreender o tema no campo da Psicologia e (3) revisar as intervenções de proposta de inclusão no meio escolar sobre a temática minimizando danos à criança. Essa pesquisa fará uma revisão bibliográfica e terá uma abordagem qualitativa com grupo focal de profissionais com vivência na problemática em debate, durante o curso de 12 meses, a partir de agosto de 2016 até julho de 2017. Ao final, pretende-se realizar uma sensibilização para a temática com professores do ensino fundamental, enfatizando a não existência de “culpa” para essa problemática e informando a necessidade de acolhimento desses jovens, além da necessidade de mudanças teóricas e práticas no campo da educação formal e informal.



No caso da transexualidade, a identidade sexual está em desacordo com o corpo fisiológico e às vezes demanda mudanças corporais para se adequar a essa “alma encarcerada”. A Psicologia não minimiza as questões biológicas e fisiológicas, porém entende que existe uma grande força do ambiente e da maneira como as experiências vividas na infância são resignificadas. Já a psicanálise vai situar essa necessidade de mudança, sentida pelo sujeito, em marcas que se fazem no Real do corpo.

A transexualidade é uma identidade de gênero, alvo de diferentes debates, que ora a associam a uma patologia psiquiátrica, ora a uma escolha legítima de existência, ora a um marco na constituição do sujeito (da psicanálise) no campo do desejo. Diante dessa complexidade, o presente estudo pretende problematizar os diferentes elementos teóricos no campo da Psicanálise e da Psicologia que envolvem a transexualidade infantil.

Uma vez sabendo da maleabilidade da estrutura psíquica, particularmente na infância, esse tempo se situa como um “vir a ser” e neste sentido não poderia se falar da definição da transexualidade ainda na infância, mas uma compreensão entre o desejo e a identificação, dentro da subjetividade de cada contexto familiar. No entanto, assiste-se no social uma tentativa de enclausuramento desse indivíduo em uma definição em relação a sua sexualidade que ainda não é possível do ponto de vista do inconsciente e das identificações.

Diante do exposto, pretende-se compreender a constituição do sujeito a partir de um lugar de desejo inconsciente dos pais, assim como debater sobre a identificação com as figuras parentais no tempo da infância. A subjetividade de cada indivíduo deve ser compreendida na sua singularidade, saindo do patamar da patologização e verificando uma quebra de paradigma dentro do contexto sociocultural em que está inserido. Ao encontrar-se fora do padrão exigido e aceito pelo social, surgem os conflitos psíquicos, com muito sofrimento, que repercutem na família, na escola e em todo meio social.

Segundo Machado (1997), para a psicanálise a linguagem é um pressuposto da Ciência, do inconsciente e fundamental para a construção da cultura, assim sendo, esta faz parte da instituição humana e da escola. É no ambiente escolar onde se desenrolam alguns discursos que devem ser ouvidos e acolhidos, evitando a repetição de um discurso cristalizado, impedindo a manifestação da criança. Havendo a circulação da palavra, os alunos e professores, podem se implicar em seu fazer se responsabilizando pelo que fazem e dizem, minimizando o sofrimento e acolhendo a condição da criança (MACHADO, 1997).

Alguns estudos apontam para o fato de que as alterações de identidade de gênero e suas manifestações ocorrem geralmente na primeira infância e sempre antes da puberdade (CID 10). Juntamente, acompanham uma angústia de grande intensidade e com relação ao sexo biológico, um desejo de ser de outro sexo, dizendo muitas vezes que está no corpo errado. Existe também uma preocupação com as marcas no corpo, como a vestimenta, tipo do uso do cabelo, associado a inadequação e negação do sexo biológico (GRÚNSPUN, 1999 *apud* COSTA; VANIN, 2005). Demonstrando que a identidade pessoal subjetiva está presa ao biológico, ao que é visível ao outro (ELIAS, 2007). Esses fatos são relatados por Costa (1994) que afirma, não ser conhecida totalmente como se desenvolve a identidade de gênero e suas alterações.

Muitos clientes que chegam a fase adulta, se assumindo transexual, relatam que vivenciaram esse desacordo do corpo com sua identidade desde a infância, como se “uma alma feminina ou masculina” estivesse encarcerada em um corpo masculino ou feminino, registrando um “engano da natureza”. Essas insatisfações podem gerar tanto sofrimento, ao ponto de gerar tentativas de suicídio e mutilação do próprio corpo (ELIAS, 2007).

Se considerarmos estas situações na infância como um sintoma¹ no sentido psicanalítico, sendo um fenômeno inconsciente, expressão do recalcado, o sintoma articula-se no campo da representação simbólica, da imagem corporal e não no campo do corpo anátomo-patológico, é o que as pessoas têm de mais real. Por outro lado, é sabido que a infância é um tempo de constituição da subjetividade, de uma identificação sexual. Diante do exposto questiona-se: qual o sintoma familiar e social que exige uma definição ainda de um lugar sexual na infância? Sendo assim, não estão sendo considerados os processos psicodinâmicos no sujeito e na família. A sociedade exige uma definição o quanto antes e demonstra uma dificuldade extrema em vivenciar o por vir. Surge assim, mais angústia por parte do sujeito que já se percebe inadequado e da família que tem que se posicionar. Alguns movimentos sociais anseiam por um nome social, um tratamento hormonal e cirurgia; alguns países também se posicionam a favor de uma definição precoce, alegando a diminuição do sofrimento psíquico; no entanto, não há garantias que a antecipação das decisões antes da definição psíquica do próprio sujeito seja a forma mais adequada de vivenciar esse processo.

¹ Para a clínica psicanalítica, o sintoma tem um sentido para quem dele se queixa, sentido que está afastado da consciência, que está inserido na trama de uma história marcada pelo desejo inconsciente do sujeito (a sua “verdade”). Sentido enquanto significação, sentido enquanto sente seu mal-estar (na medida em que se envolve com o que enuncia) e o sentido enquanto direção na qual o sujeito caminha em um percurso inconsciente. O inconsciente é esse lugar ocupado por um vazio, vazio este que está sempre à espera da palavra.

Por outro lado, as instituições formadoras de futuros profissionais de Psicologia precisam refletir e problematizar sobre temas que se revelam no social, aportando assim, um aprofundamento entre alunos e professores sobre questões com as quais irão se deparar em seu dia a dia de discente e no futuro, em seu campo profissional.

O social nas últimas décadas tem cada vez mais trazido à luz, um discurso de inclusão do tema transexualidade. Os movimentos de transexo ou transgênero têm se destacado, buscando um lugar e uma voz junto à sociedade em geral. Estabelecem bandeiras de direitos e acesso às políticas públicas. Decorrente dessas reivindicações surgem propostas de integração social, programas de apoio a cirurgia de ressignificação e tratamentos hormonais. Isso sinaliza que os avanços da ciência e da tecnologia, como também os avanços sociais, têm sido cada vez maiores e rápidos. Surge assim, a questão da subjetividade em um lugar fundamental na constituição de singularidades marcadas pelos efeitos da contemporaneidade. Segundo Ceccarelli (2011), [...] os estudos teóricos de gênero fazem parte da construção identitária psicosssexual do humano “não havendo razão para separar sexo e gênero” (CECCARELLI, 2011, p. 283). No entanto, o autor aponta que quando se fala de gênero, refere-se ao sexo social, sendo o gênero a socialização sexuada. Esta constrói o corpo como realidade sexuada, resultado de uma visão sexuante.

talvez devêssemos falar de sexo / gênero: o gênero é, na realidade, o sexo social. Sendo a socialização sexuada, ela constrói o corpo como realidade sexuada – resultado de uma visão que produz uma divisão sexuante. Se não existe, como vimos, algo como uma essência do masculino / masculinidade e nem do feminino / feminilidade, mas apenas a potencialidade de tornar-se, o gênero nada mais seria do que uma falsa alteridade que gera estratégias de dominação (BERTINI, 2009 *apud* CECCARELLI, 2011, p. 283).

Para debater sobre esse tema, deve haver muita cautela, pois segundo Ceccarelli (2011), não se pode correr o risco de tornar a diferença, seja ela de sexo ou gênero, uma possibilidade de desigualdade social, sustentada pelos dispositivos simbólicos. Essas diferenças, só podem ser pensadas no âmbito histórico.

A consciência da criança quanto à sua condição de diferença entre o corpo biológico e sua identidade se apresenta aproximadamente aos 8 anos de idade. Nesse momento, as crianças começam a internalizar a ideia que são um problema, havendo algo de errado e até sugerindo uma culpa divina. Podem surgir também a ocultação das crianças de seus verdadeiros sentimentos, uma vez que sua diferença não é aceita pelo social (KENNEDY, 2010).

Elias (2007) relata que Lacan afirma que para o sujeito adquirir um sentimento de identidade sexual, é necessário o reconhecimento fálico. O significante Falo, que é indispensável à instauração da identidade, precisa ser transmitido mais comumente pelos pais, em sua função materna ou



paterna, assim como a relação destes com esse mesmo Faló, aceita pelo sujeito. Nesse processo, existe uma renúncia do objeto em troca do significante que o nomeia, pelo sujeito, concretizando a identificação.

Segundo Costa (1994) para Moreno, existe uma relação co-inconsciente em todas as pessoas desde o nascimento; ou seja, a mãe pode ter um desejo, fantasia ou sentimento inconsciente com relação ao seu filho, mesmo bebê, e este consegue captar esse desejo materno, ficando guardado no inconsciente dessa criança.

Segundo Devor (1989) *apud* Kennedy (2010), a sociedade ocidental, a população em geral, alguns acadêmicos e até mesmo os próprios jovens trans estão considerando as pessoas transgênero como problemáticas, pois as percebem como uma ameaça ao conceito do gênero binário, criado para entender e ordenar o mundo. Rompe-se assim, um paradigma antigo, que suscita novos olhares e percepções, construções de novas possibilidades de convivência e vivência entre as pessoas. Quando o sujeito social precisa ser de um ou de outro sexo, de acordo com seu sexo biológico, ocorre o que Foucault (1988) *apud* Paterno (2011), denominou de pedagogização do sexo. Sendo na escola e na família os locais onde as diferenças se encontram ou desaparecem.

A perda da referência corporal é vivenciada com angústia e sofrimento, é uma difícil realidade lidar com o luto do eu ideal e ao mesmo tempo lutar para se aproximar do ideal possível (ELIAS, 2007).

REFERÊNCIAS

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação dos transtornos mentais e de comportamento da CID – 10**. Porto Alegre: Artmed, 1993.

CECCARELLI, P. R. **Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões**. Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://ceccarelli.psc.br>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

COSTA, M. I. M.; VANIN, M. R. C. L. **O reencontro com a identidade de gênero: contribuições da visão sistêmica novo-paradigmática e do psicodrama infantil**. Campinas: 2005. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso: 17 mai. 2016.

COSTA, R. P. **Os onze sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana**. São Paulo: Editora Gente, 1994.

ELIAS, V. A. **Para além do que se vê: das transexualidades às singularidades na busca pela alteração corporal**. Assis, 2007. Disponível em: <<http://acervodigital.unesp.br>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

KENNEDY, N. **Crianças transgênero: mais do que um desafio teórico**. Natal, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br>>. Acesso em: 22 set. 2015.



LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Adriana M. **Em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PATERNO, K. A. V. **Sexualidade, gênero e o terceiro sexo: a biopolítica dos corpos infantis voltados à normalização heterossexual**. Maringá, (2011). Disponível em: <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br>>. Acesso em: 17 mai. 2016.



